



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.000700/2021-95

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de planímetro digital, massa padrão calibrada de 15Kg e medidores de vazão para a realização de ensaios em respiradores nos laboratórios do Serviço de Laboratório de EPI, localizado no Centro Técnico Nacional da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO (Sede/CTN – São Paulo/SP), conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	CATMAT
01	Planímetro digital tipo polar ou linear (rolo); display digital; precisão de $\pm 0,2\%$ ou inferior; funcionamento com bateria recarregável ou equivalente; acompanhado de fonte de energia/carregador (adaptador AC 100 ~ 240V ou equivalente), e estojo para proteção; adequado para medição de áreas, com faixa de medição (ação de campo) em largura de até 300 mm ou superior e comprimento de até 200 mm ou superior/ilimitado; medições na unidade de medida cm^2 , com capacidade de medição de pelo menos 0 cm^2 a 600 cm^2 ; resolução de $0,1 \text{ cm}^2$ ou inferior (na escala 1:1).	Unidade	01	73806
02	Massa padrão de 15 Kg, de formato “U”; botão; anilha; com gancho ou formato equivalente adequado para ensaios de tração e conveniente a seu manuseio. Construído em material resistente à corrosão, oxidação, desgastes ou deformações - aço inoxidável, latão com revestimento em cromo, ferro fundido ou material equivalente. Com superfície externa isenta de defeitos de fabricação, rebarbas, porosidade, caroços ou outras falhas, isenta de asperezas e com arestas arredondadas. O material deve ser acompanhado de certificado de calibração válido, emitido por laboratório pertencente à RBC (Rede Brasileira de Calibração) do Inmetro. Deve ser fornecido, ainda, com estojo para armazenamento adequado.	Unidade	01	234750
03	Medidor de vazão mássica digital com capacidade de medição na faixa de 0 a 15L/min ou 0 a 20L/min (adequado para medir vazões de 5 L/min com exatidão e precisão), contendo especificações técnicas equivalentes ou superiores às descritas a seguir: display digital; adequado para uso com ar e ar comprimido, com resistência a pressões máximas de 6,9 bar ou superior; construído em alumínio anodizado, aço inoxidável 316 e latão, com anéis de vedação(o-rings) de fluoroelastômetro, ou em aço inoxidável AISI 316 com vedações por o-rings de fluoroelastômetro, ou em policarbonato, ou material de	Unidade	01	43362

	<p>resistência equivalente para suportar pressões de até 6,9 bar; com conexões por adaptadores de compressão com rosca de 1/4 polegada, 3/8 polegada ou equivalente; exatidão de $\pm 2\%$ do fundo da escala ou inferior, incluindo linearidade; repetibilidade de $\pm 0,5\%$ do valor do fundo da escala ou inferior; tempo de resposta de 2 segundos ou inferior; fornecido com fonte de alimentação; e saída linear 0-5VCC e/ou 4-20 mA e/ou RS232 ou equivalente.</p> <p>O item deverá ser fornecido com certificado de calibração válido, emitido por laboratório da Rede Brasileira de Calibração do Inmetro. Na indisponibilidade do certificado RBC, poderá ser aceito certificado NIST ou de fábrica, mediante apresentação de justificativa cabível e análise pela área requisitante.</p>			
04	<p>Medidor de vazão mássica digital com capacidade de medição na faixa de 0 a 200 L/min (adequado para medir vazões de 60 L/min com exatidão e precisão), contendo especificações técnicas equivalentes ou superiores às descritas a seguir: display digital; adequado para uso com ar e ar comprimido, com resistência a pressões máximas de 6,9 bar ou superior; construído em alumínio anodizado, aço inoxidável 316 e latão, com anéis de vedação (o-rings) de fluoroelastômetro, ou em aço inoxidável AISI 316 com vedações por o-rings de fluoroelastômetro, ou policarbonato, ou material de resistência equivalente para suportar pressões de até 6,9 bar; com conexões por adaptadores de compressão com rosca de 1/4 polegada, 3/8 polegada, 22mm ISO, 1/2 polegada, 3/4 polegada ou equivalente; exatidão de $\pm 2\%$ do fundo da escala ou inferior, incluindo linearidade; repetibilidade de $\pm 0,5\%$ do valor do fundo da escala ou inferior; tempo de resposta de 2 segundos ou inferior; fornecido com fonte de alimentação; e saída linear 0-5 VCC e/ou 4-20 mA e/ou R232 ou equivalente.</p> <p>O item deverá ser fornecido com certificado de calibração válido, emitido por laboratório da Rede Brasileira de Calibração do Inmetro. Na indisponibilidade do certificado RBC, poderá ser aceito certificado NIST ou de fábrica, mediante apresentação de justificativa cabível e análise pela área requisitante.</p>	Unidade	01	43362

1.2. Os materiais solicitados no objeto devem ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento), sem componentes retificados.

1.3. Materiais de qualidade superior ao descrito na tabela acima serão aceitos, desde que não configurem outro tipo de produto e não gerem gastos adicionais futuros - por exemplo, para a manutenção e continuidade de uso do bem.

1.4. O parcelamento da solução é considerado viável e aplicável, respeitando-se o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5. Em conformidade com o prazo estabelecido no art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, os bens adquiridos deverão possuir prazo de garantia legal mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de entrega dos materiais na Fundacentro, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

1.6. Em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU- 3ª Edição, 2020, a Contratada deverá atender aos seguintes critérios, sempre que aplicável:

1.6.1. Acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.6.2. Fornecer os bens isentos de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.6.3. Constituir os bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1/2008 – Embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis – Parte 1: Terminologia e 15448-2/2008 - Embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis – Parte 2: Biodegradação e compostagem – Requisitos e métodos de ensaio.

1.7. A contratação terá vigência pelo período correspondente à entrega do objeto no Centro Técnico Nacional da Fundacentro após emissão do Pedido de Fornecimento, acrescentado do prazo para as providências de recebimento e pagamento, respeitando-se os prazos previstos no Termo de Referência. Deste modo, a contratação será iniciada com a emissão do Pedido de Fornecimento e finalizada com o recebimento dos bens e pagamento da nota fiscal, não devendo ser prorrogado, a não ser que de forma justificada por situações excepcionais e imprevisíveis, observada as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, qual seja:

2.2. A Fundacentro é o único laboratório nacional reconhecido pela Subsecretaria da Inspeção de Trabalho (SIT) para conduzir ensaios em respiradores purificadores de ar com filtros substituíveis (nos quais o ar do ambiente, antes de ser inalado, passa por filtros para a remoção de contaminantes) e de adução de ar (nos quais o ar respirável é fornecido ao usuário por uma fonte independente da atmosfera ambiente - cilindros ou compressores de ar, por exemplo). Tais ensaios podem ser solicitados ao Serviço de Laboratório de EPI (SLEP) por fabricantes e importadores, consumidores e usuários de respiradores ou pela fiscalização das Superintendências Regionais do Trabalho a fim de se verificar se esses Equipamentos de Proteção Individual (EPI) atendem ou não aos requisitos de qualidade definidos nas normas técnicas de ensaio estabelecidas pela Portaria SEPRT nº 11.437 de 06/05/2020. Esta define também os requisitos obrigatórios aplicáveis aos Equipamentos de Proteção Individual enquadrados no Anexo I da NR 06 – Equipamento de Proteção Individual - EPI. Os resultados de tais ensaios são necessários para a comercialização e verificação da qualidade e do desempenho de respiradores fornecidos a trabalhadores ou apreendidos em fiscalizações.

2.3. No contexto exposto acima, o órgão tem como necessidade a implementação de ensaios em Equipamentos de Proteção Respiratória como meio de verificar o desempenho destes EPI de forma mais completa. Para isso, solicita-se um planímetro, uma massa padrão calibrada de 15Kg e dois medidores de vazão, que constituem parte do que é necessário para viabilizar a montagem e teste de novas aparelhagens de ensaio. Desta forma, o objeto deste processo constitui materiais e instrumentos de medição destinados à modernização e adequação da infraestrutura dos laboratórios do SLEP para a realização de ensaios em respiradores.

2.4. O planímetro consiste em material para a implementação de ensaios de campo visual em respiradores com peças faciais inteiras, conforme procedimentos e requisitos da norma técnica de ensaio ABNT NBR 13695:1996 (peça facial inteira). Sobre este material, cabe mencionar que a Fundacentro conta atualmente com um planímetro, de patrimônio 9947, porém o mesmo foi adquirido em maio de 1987, há mais de 30 anos, e necessita de modernização para acompanhar a evolução tecnológica deste tipo de instrumento de medição, assim como para facilitar as medidas serem realizadas no laboratório e minimizar riscos de obsolescência no uso do bem.

2.5. A massa padrão de 15Kg constitui material destinado à implementação de ensaios de tração que requerem a aplicação de forças de 150N, conforme previsto na norma ABNT NBR 13695:1996 (peça facial inteira). Os medidores de vazão, por sua vez, são requeridos para a realização de ensaios da norma

técnica NBR 13716:1996 (máscara autônoma de ar comprimido de circuito aberto). São necessários para avaliar o desempenho de dispositivos de alarme e a vazão de ar suplementar fornecido por válvulas de demanda. Tais itens do objeto consistem, desta forma, em materiais solicitados para o teste e implementação de novas aparelhagens para a realização de ensaios supracitados.

2.6. Em concordância com a norma ABNT NBR ISO 17025 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, solicita-se que a massa padrão de 15Kg e os medidores de vazão sejam fornecidos juntamente com seus respectivos certificados de calibração emitidos por laboratório da Rede Brasileira de Calibração (RBC) do Inmetro, permitindo demonstrar a rastreabilidade nas medidas realizadas com os bens a serem adquiridos e uma maior confiabilidade na leitura das mesmas. Tal documentação constitui parte do processo de solicitação de acreditação da Fundacentro junto ao Inmetro, a qual necessitará ser providenciada para a emissão dos relatórios de ensaio de EPI conforme estabelecido na Portaria SEPRT nº11.437 de 06/05/2020.

2.7. Os itens solicitados constituem materiais destinados à modernização e adequação da infraestrutura dos laboratórios do SLEP para a realização de ensaios em respiradores. Considera-se que suas especificações técnicas são compatíveis e comuns às de equipamentos mais atuais, respeitando os esquemas de aparelhagem, procedimentos e requisitos estabelecidos nas normas técnicas de ensaio de respiradores. Em relação à justificativa de quantidades solicitadas, entende-se ser a mínima possível para viabilizar testes relacionados à implementação de ensaios de campo visual, de desempenho de alarmes e de fornecimento de ar suplementar por válvulas de demanda.

2.8. Por fim, a aquisição está associada à Proposta de Atividade 23 (SEI nº 0078450) e à Proposta de Projeto 10 (SEI nº 0075734), inseridas e aprovadas pelos respectivos Processos Eletrônicos 47648.001426/2020-91 e 47648.001325/2020-10, pelos quais são documentadas as ações relacionadas à Atividade “Avaliação de equipamentos de proteção individual (EPI)” e ao Projeto “Avaliação de equipamentos de proteção respiratória utilizados no mercado brasileiro”. O objeto foi também previsto no PAC (Plano Anual de Contratações) de 2021, por meio do cadastro dos itens nº 83, 95, 98 e 153 no Sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) do Ministério da Economia.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, é: aquisição de planímetro digital, massa padrão calibrada de 15Kg e medidores de vazão para a realização de ensaios em respiradores nos laboratórios do Serviço de Laboratório de EPI, localizado no Centro Técnico Nacional da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO (Sede/CTN – São Paulo/SP).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens classificam-se como comuns, de acordo com o art. 1º, da Lei nº 10.520 de 2002, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão do pedido de fornecimento, em remessa única por item, no seguinte endereço: Rua Capote Valente, nº 710 – Pinheiros – São Paulo SP.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 7 (sete) dias, pelo requisitante do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.1.1.1. Sempre que aplicável, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ou em inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo

prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = 6%/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------	--

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Dada a natureza da contratação e do objeto, não haverá exigência de garantia contratual da execução nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993. O objeto não consiste em serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, por isso não se enquadra na obrigatoriedade legal da exigência de garantia, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017. Somado a isso, considera-se que os potenciais riscos relacionados ao fornecimento do objeto não justificariam possíveis custos adicionais que a exigência da garantia poderia gerar à contratação, os quais seriam repassados à Administração Pública através da proposta de preços.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias;

14.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da compra, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. Os preços referenciais serão aqueles definidos em planilha de composição de preços anexa ao edital e/ou ao presente processo de contratação. Na seção 12 do Estudo Técnico Preliminar (SEI [0111673](#)) foram estimados os valores médios de R\$ 5.322,31 para o planímetro (item 01 do objeto), R\$ 3.013,59 para a massa padrão de 15Kg (item 02 do objeto), R\$17.917,26 para o medidor de vazão com capacidade de 0-15 L/min ou 0-20L/min (item 03 do objeto) e R\$ 19.981,57 para o medidor de vazão com capacidade de 0-200L/min (item 04 do objeto).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Freitas Ventura, Técnico(a)**, em 05/07/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Helena de Araujo Nicolai, Tecnologista**, em 05/07/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Alvim de Sá e Benevides, Diretor(a) de Pesquisa Aplicada**, em 06/07/2021, às 22:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Memolo Portela, Presidente**, em 08/07/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0113399** e o código CRC **A894BB64**.

Referência: Processo nº 47648.000700/2021-95

SEI nº 0113399

Criado por [fernanda.ventura](#), versão 9 por [fernanda.ventura](#) em 05/07/2021 14:49:44.